

## **Rede Rural Nacional**

### **Workshop – “Multifuncionalidade à escala da paisagem e da exploração agrícola”**

**Évora, 29 de Outubro de 2009**

#### **Resumo do workshop**

#### **1. Introdução ao tema – Universidade de Évora e DRAP Alentejo**

##### **1.1 A multifuncionalidade (Universidade de Évora)**

O conceito de multifuncionalidade é hoje em dia um conceito que frequentemente é utilizado na Europa, tanto por parte dos actores ligados à agricultura, como ao mundo rural em geral. Tanto tem sido utilizado, por parte de actores na prática como por parte da investigação, em várias áreas disciplinares diferentes, que uma definição clara se torna por vezes difícil de encontrar. É sem dúvida um conceito analítico, que permite compreender as várias procuras que hoje se multiplicam sobre o espaço rural, os bens e serviços que este suporta, e a forma como eles podem ser geridos em termos de oferta, através da gestão que continua predominantemente a fazer-se à escala da exploração agrícola. Temos assim claramente uma procura e uma oferta. A procura faz-se pela sociedade que hoje espera do espaço rural, além da produção de alimentos, vários bens e serviços como a qualidade ambiental, a conservação da natureza, o recreio e lazer, caça e pesca, qualidade de vida, preservação da identidade, etc. São a estes que chamamos funções: bens e serviços, que respondem às necessidades, procuras e objectivos da sociedade, directa ou indirectamente. Esta procura não incide em particular sobre cada uma das explorações, na generalidade dos casos, mas sim sobre a escala da paisagem. A oferta, por seu lado, corresponde ao que cada paisagem pode suportar, sendo que a paisagem é gerida à escala de cada exploração. Aos chefes de exploração a multifuncionalidade interessa porque pode corresponder a novas formas de financiamento ou novos mercados, e à valorização pela sociedade das tarefas da exploração. Além disso, novos actores são atraídos para o rural, em busca de novas formas de vida, e que

podem contribuir para esta gestão, ou tão somente para a manutenção e /ou dinamização da comunidade rural. Esta questão da multifuncionalidade é particularmente relevante no Mediterrâneo, e em particular na região do Alentejo. Isto porque aqui a paisagem rural mantém características próprias que a valorizam quanto a várias destas funções, e por outro lado a produção não consegue ser competitiva em termos europeus ou mundiais, embora possa ser valorizada pela sua qualidade intrínseca e pela ligação justamente que permite com as várias funções não produtivas. Torna-se assim extremamente relevante nesta região compreender, avaliar e valorizar as múltiplas funções que a paisagem rural suporta, considerando a multifuncionalidade como um alternativa à gestão para a produção, que se vem praticando até hoje, maioritariamente. Pode vir a ser este o caminho que permite manter uma paisagem rural viva, ancorada numa comunidade dinâmica e diversificada. Nalguns casos as funções ditas produtivas podem continuar a ser as prioritárias, e as outras serão a ela associadas, noutros casos pode mesmo apostar-se mais fortemente nas funções não produtivas, mantidas através da criação de novos mercados, ou da adequada articulação e aplicação de políticas e financiamentos públicos.

No sentido de definir estratégias e tomar opções quanto a esta nova forma de entendimento do rural, precisamos de compreender como se faz esta gestão para a multifuncionalidade: que desafios, que potencialidades, que constrangimentos. A procura da multifuncionalidade é sem dúvida uma potencialidade, mas também um desafio. AS explorações que já optam por esta via, são, além de inovadoras, de certa forma experimentais. Torna-se fundamental aproveitar da sua experiência para melhor identificar pontos fortes e pontos fortes, e melhor definir as estratégias a seguir. É isto que se pretende com este seminário, numa óptica de diálogo entre os vários actores envolvidos e de forma a criar pontes que permitam mais facilmente resolver problemas mas também criar visões que nos levem a um espaço rural em novos moldes, sem que perca a sua identidade e carácter próprio.

## **1.2 O quadro institucional (DRAP Alentejo)**

Dois aspectos foram considerados particularmente importantes no quadro institucional para o debate sobre a multifuncionalidade à escala da paisagem e

da exploração agrícola. O primeiro foca a produção de conhecimento (I&D) e o aconselhamento (extensão) agrícola e rural. O segundo o associativismo agrícola e rural.

Na produção de conhecimento e aconselhamento as tendências recentes apontam para: a privatização e comercialização de serviços; incentivos públicos para o desenvolvimento do mercado (oferta e procura); multiplicidade de actores e o estabelecimento de redes. Duas questões se colocam então: quem produz ou pode produzir o conhecimento para o desenvolvimento da agricultura multifuncional? A que serviços, públicos ou privados, podem os agricultores multifuncionais recorrer para se aconselharem?

No associativismo agrícola e rural as tendências acentuam a crise do arranjo institucional Estado – Confederações de Agricultores, que permitiu o crescimento agrícola no pós-guerra, e as dificuldades actuais das organizações profissionais agrícolas em representar a agricultura multifuncional. Três questões se colocam neste caso: que (re)arranjos institucionais são necessários para enquadrar a agricultura multifuncional? Que novas organizações são necessárias? Organizações de pequena dimensão social, informais ou formais, ligadas em rede?

A resposta por parte do Estado surge sob a forma de incentivos à cooperação e ao desenvolvimento do mercado de serviços à agricultura (oferta e procura). Destacam-se no âmbito do PRODER as medidas e acções relativas à cooperação para a inovação, que incentiva a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as actividades produtivas, aos serviços de aconselhamento agrícola, que concede incentivos à oferta e à procura destes serviços, aos serviços de apoio às empresas, que concede incentivos à oferta, e à animação rural pelos Grupos de Acção Local (LEADER).

E a resposta dos agricultores multifuncionais?

## **2. Apresentação – CRIE Montado**

O CRIE Montado – Centro Regional de Inovação do Montado é um grupo informal de agricultores que orientaram, ou estão a orientar, as suas empresas agrícolas para a multifuncionalidade, introduzindo novas funções para além da função produtiva, ela própria também objecto de novas opções nos modos de produção agrícola.

A ideia de constituir o Centro surgiu de contactos prévios estabelecidos com a rede holandesa de Centros Regionais de Conhecimento e Inovação, formados por agricultores multifuncionais, e da posterior participação, de alguns dos seus actuais membros, na European Eemland Conference: Versatil Countryside, realizada em 2008 na Holanda. Nesta Conferência foi apresentado o novo conceito de “versatil countryside”<sup>1</sup> como plataforma europeia e proposta a criação de centros regionais de conhecimento e inovação, articulados numa rede europeia de agricultores multifuncionais, para facilitar a sua representação junto dos órgãos europeus de decisão.

A proposta foi bem aceite pelos agricultores portugueses presentes, que se sentiam de certa forma isolados na prossecução das suas estratégias de multifuncionalidade, num contexto institucional pouco favorável, dada a organização sectorial e profissional dos organismos públicos e privados de enquadramento.

A criação de centros regionais de conhecimento e inovação tem vindo a ocorrer na Holanda, Estónia, Alemanha e, no caso, em Portugal.

Face à realidade actual caracterizada pela redução constante dos rendimentos agrícolas, pelo aumento da concorrência, pelo aumento da dimensão das empresas agrícolas e pelas mudanças na política agrícola comum e respectivos critérios de atribuição das ajudas públicas, a multifuncionalidade surge como uma alternativa viável.

As necessidades dos agricultores multifuncionais fazem-se sentir a nível da produção e divulgação de conhecimentos e experiências multifuncionais, do seu enquadramento adequado no quadro institucional e, naturalmente, da sua representação e defesa de interesses. A resposta a estas necessidades é então procurada numa dinâmica colectiva autónoma em pequenos grupos designados genericamente como centros regionais de conhecimento e inovação. O objectivo central destes centros é o de ajudar as empresas agrícolas a pôr em prática estratégias de diversificação (multiactividade, multiuso, e multifuncionalidade), de diferenciação (raças locais, tradições,

---

<sup>1</sup> O conceito de “versatil countryside” é representado por um gráfico que associa: criação de emprego; educação ambiental; reequilíbrio pessoal; alojamento; entretenimento; comida, no eixo das ordenadas com: empreendedorismo; criação de mercados; mudança de mentalidades; centro de conhecimento e inovação, no eixo das abcissas.

agricultura biológica) e de ganhos de eficiência (gestão profissional, conhecimento, tecnologia).

O Centro Regional de Inovação do Montado (CRIE Montado) é constituído por doze agricultores, cujas explorações se localizam na mesma região, concelho de Montemor-o-Novo e limítrofes, e representam 7.500 hectares de paisagem.

O número reduzido e fechado de membros visa facilitar a realização das reuniões e a participação de todos na troca de experiências, na cooperação e ajuda mútua. Perante a eventualidade de novas adesões de membros, o CRIE Montado não prevê alargar a sua base associativa, mas sim incentivar a criação de outros grupos de pequena dimensão (centros) que depois se articularão em rede de centros de agricultores multifuncionais.

Os membros do grupo e as suas explorações agrícolas apresentam uma certa heterogeneidade, que é promovida para facilitar o aparecimento de problemas diversificados. Realça-se no entanto que a média de idades estará entre os 40 e os 50 anos e que a formação académica de mais de metade dos membros é de nível superior, reunindo um conjunto muito diversificado de formações nas áreas das ciências da natureza, ciências sociais e humanas e nas artes e comunicações.

Estas duas características, idade e formação, não são no entanto consideradas como decisivas, a tónica é colocada sim na motivação para desenvolver novos projectos e cooperar com os outros agricultores com motivações semelhantes.

Os objectivos do CRIE Montado são: a promoção da diversificação/inação; procura de apoios externos (instituições, centros de conhecimento); cooperação interna (facilitação, articulação); cooperação externa (rede europeia, outros centros regionais nacionais).

Presentemente estão em actividade as seguintes áreas no conjunto das empresas associadas: agricultura; floresta; pecuária; transformação de produtos; produção biológica; produção integrada; produção semi-hidropónica; jardinagem; caça; piscicultura; turismo; conservação; educação; arte na paisagem e investigação.

A nível do funcionamento as regras base, funcionamento das reuniões, tomada de decisões e partilha de custos, foram estabelecidas num Acordo de Colaboração assinado em Fevereiro de 2009.

O CRIE Montado tem apenas um órgão colegial e de debate, e não os órgãos sociais clássicos das associações formais. Qualquer um dos membros pode representar o Centro em missões específicas. Em cada reunião verifica-se quem pode resolver esta ou aquela questão.

O órgão colegial reúne uma vez por mês e o local das reuniões é marcado de acordo com os temas a analisar e as necessidades do Centro, num sistema rotativo. O membro anfitrião é responsável pela organização da reunião (agenda, acta). As reuniões podem ser abertas a parceiros/observadores.

Os projectos são de iniciativa e responsabilidade individual mas podem ter aspectos comuns, percursos iguais e necessidades de aconselhamento técnico também semelhantes. O projecto é apresentado ao Centro onde é analisado por todos os membros. Projectos que interessem a pelo menos dois membros, e sejam aceites por todos, em votação, são considerados projectos de interesse colectivo e o Centro assume o seu papel de interface no desbloquear de problemas no exterior. Os projectos são classificados consoante a abrangência do seu interesse.

No funcionamento do Centro cada membro contribui com tempo para os projectos comuns e comparticipa nos custos financeiros em função dos respectivos projectos.

Na interface com o exterior revela-se importante a presença de um técnico que desempenhe um papel de facilitador/mediador, mais do que de divulgador/conselheiro de conhecimentos técnicos e tecnológicos, que estarão ainda por produzir e experimentar. A produção e experimentação de conhecimentos requerida pela agricultura multifuncional terão que assentar nos próprios agricultores e suas empresas. Na fase inicial de organização do Centro foi possível contar com o trabalho de um técnico, contratado por um dos membros. Contudo, na fase seguinte de identificação de projectos, a sua presença deixou de ser requerida face à falta de ocupação e de meios do próprio Centro. Com o desenvolvimento dos projectos prevê-se que volte a ser necessário o trabalho do técnico.

A formalização do Centro como associação, para adquirir personalidade jurídica, não parece importante neste momento uma vez que a interface com o exterior visa apenas o desbloquear de problemas, a recolha de informações e conhecimentos e não qualquer relação comercial ou de formulação de

projectos próprios, candidatos a apoios financeiros. A informalidade permite uma maior flexibilidade do Centro.

### **3. Apresentação e debate de projectos – CRIE Montado**

Os projectos em curso no CRIE Montado estão classificados de acordo com a abrangência do seu interesse em três categorias: (1) projectos comuns; (2) projectos parciais e (3) projectos individuais.

(1) Os projectos comuns são os que interessam a todos ou à maioria dos membros e há uma partilha equilibrada de tarefas, responsabilidades e decisões. São exemplos de projectos comuns:

- Divulgação do CRIE Montado: construção do sítio na Internet; organização/participação em eventos; comunicação do grupo através dos membros (newsletters, sítios dos membros, etc.);
- Divulgação cruzada entre membros;
- Desenvolvimento sustentável do montado;
- Trekking no Montado.

Destaque: Sítio CRIE montado. Os objectivos do projecto são: divulgar o grupo e a abordagem multifuncional; disseminar boas práticas/estimular a criação de novos centros; contribuir para a discussão em torno da sustentabilidade do montado; divulgar iniciativas concretas do grupo. Interessa a todos os membros.

(2) Os projectos parciais são os que interessam a alguns membros, as responsabilidades são partilhadas pelos interessados, que se organizam entre si exteriormente ao grupo. O envolvimento do grupo é pontual, cooperação/disseminação. São exemplos de projectos parciais:

- Com a Natureza;
- Paisagem – montado.

Destaque: Com a Natureza (ecoturismo). Os objectivos do projecto são proporcionar acampamentos de curta duração com programas de actividades lúdico/pedagógicas adequadas às faixas etárias que se destinam e sob a supervisão de monitores especializados, enquadrados na herdade em que se inserem e na sua comunidade local. Interessa a três membros.

(3) Os projectos individuais interessam apenas a um membro mas inserem-se nos objectivos do grupo, o membro pode usar o nome do grupo nos seus

contactos. O envolvimento do grupo é pontual, cooperação/disseminação. São exemplos de projectos individuais:

- Novas formas de comercialização do leite/queijo (Courela da Ponte Velha);
- Projecto Turismo Rural no Monte Pai Cão (Pedrosa & Filhos);
- Humor e Húmus: o Teatro vai à Horta (Horta do Zé);
- Projecto multifuncional da Herdade dos Fartos e Defesa das Cegonhas.

Destaques: (1) Humor e Húmus: o Teatro vai à Horta, um projecto cultural e orgânico. Trata-se de uma peça de teatro interactiva que é uma visita a uma horta biológica. Pretende-se transmitir de forma didáctica e divertida os princípios básicos da agricultura naturalista (biológica, biodinâmica e permacultura); (2) Projecto multifuncional da Herdade dos Fartos e Defesa das Cegonhas. O objectivo do projecto é o exercício da actividade agropecuária, florestal, cinegética, lazer, conservação da natureza, produção e comercialização de produtos ligados a estas actividades.

#### **4. Conclusões – debate sobre as virtualidades e constrangimentos à multifuncionalidade**

O debate versou sobre as virtualidades e constrangimentos à multifuncionalidade, procurando também dar resposta às seguintes questões: Como potenciar as virtualidades e superar os constrangimentos? Como pode a Rede Rural Nacional contribuir para este objectivo?

##### **1 – Virtualidades da multifuncionalidade**

A multifuncionalidade:

- a) Permite o aproveitamento integral dos recursos de uma forma sustentável, em particular de recursos subaproveitados por uma agricultura apenas virada para a função produtiva;
- b) Permite diluir os riscos climatéricos e económicos, face nomeadamente às alterações climáticas e à instabilidade dos mercados e volatilidade dos preços;
- c) Permite uma maior satisfação e realização profissional de quem empreende;
- d) Contribui para a criação de riqueza na região ao facultar uma oferta mais diversificada de bens e serviços;
- e) Restabelece a ligação da agricultura com a comunidade, economia e território locais;

- f) Facilita e permite aprofundar as relações campo/cidade e rural/urbano;
- g) Coloca o emprego e as questões sociais e ambientais como objectivos empresariais;
- h) Permite o aproveitamento de sinergias entre as actividades económicas, sociais e ambientais dentro do próprio sector agrícola e entre este e os outros sectores;
- i) Facilita a compreensão por parte dos agricultores de que a agricultura se interliga com as áreas sociais e ambientais, permitindo-lhe encarar as restrições (como por exemplo as regras da condicionalidade) de outra forma;
- j) Facilita a compreensão da sociedade em geral do papel da agricultura e dos agricultores e a necessidade de estes serem remunerados no mercado ou compensados pela sociedade pelas diferentes funções que desempenham;
- l) Contribui para uma mudança de mentalidades em relação às questões sociais e ambientais.

## **2 – Constrangimentos à multifuncionalidade**

São constrangimentos à multifuncionalidade a/o(s):

- a) Identidade do agricultor multifuncional face à definição de empresário agrícola e ao estatuto do agricultor; numa forma geral, o estatuto desvalorizado da profissão de agricultor, na sociedade portuguesa actual, contribui também para desfavorecer estes agricultores, que embora desenvolvam várias actividades, são em primeiro lugar chefes de exploração agrícola.
- b) Remuneração no mercado e na sociedade de algumas funções e serviços que permitam tornar rentáveis as explorações multifuncionais;
- c) Complexidade inerente à multifuncionalidade que exige uma formação adequada em áreas diversificadas;
- d) Falta de legislação e regulamentação, ou a sua não adaptação, o que não só não incentiva como penaliza a multifuncionalidade e a inovação, nomeadamente nos domínios fiscal e da segurança social e em geral na regulamentação do exercício das actividades económicas;
- e) Relacionamento com várias entidades públicas sectoriais e funcionais que torna as obrigações legais e regulamentares muito complexas e morosas;
- f) Instrumentos de política pública, nomeadamente o PRODER, pouco flexível e com critérios de acesso pouco adaptados às explorações multifuncionais.

Referem-se a título de exemplo as ajudas aos investimentos e as exigências do PRODER em termos de viabilidade financeira;

g) Fraca consciência e sensibilidade da sociedade em geral com os modelos de agricultura multifuncional;

h) Falta de comunicação nos vários sentidos que permita o desenvolvimento da multifuncionalidade.

Merecendo destaque particular, foi referida várias vezes pelos vários presentes, a dificuldade de identificação e de contacto de um interlocutor privilegiado, do lado do Estado, em vez de vários interlocutores espalhados pelos vários serviços públicos, aos vários níveis. O tipo de interlocutor que se procura seria um com o qual estes chefes de exploração pudessem facilmente dialogar de todas os aspectos da sua exploração multifuncional, podendo ser aconselhados para o conjunto dos aspectos em jogo, tendo em consideração o conjunto e não só cada uma das partes.

Por outro lado, a questão sempre presente do financiamento, ou dos muito frequentes estrangulamentos financeiros, quando como nestes casos se recorre a vários tipos de apoios públicos, nem sempre coordenados, e a mercados que ainda são emergentes e por isso pouco seguros, merece também destaque. Estes estrangulamentos tornam-se muitas vezes gravosos e põem em risco os projectos inovadores uma vez na prática, ou a sua implementação.

### **3 – Como potenciar as virtualidades e superar os constrangimentos?**

#### **Como pode a Rede Rural Nacional contribuir para este objectivo?**

a) Assumpção do modelo ou modelos de agricultura multifuncional relevando os serviços sociais e ambientais, o consumo de energia, a gestão da água, a conservação da natureza e da biodiversidade que propicia(m);

b) Formulação de uma estratégia nacional para a multifuncionalidade com a definição de linhas orientadoras;

c) Criação ou revisão da legislação e regulamentação de modo a incentivar e não penalizar a multifuncionalidade e a sua capacidade criativa e inovadora. Acompanhar com regulamentação adequada as inovações que vão sendo introduzidas e que de outra forma serão inviabilizadas à partida (exemplo do ecocamping);

- d) Criação um interlocutor público único nacional junto do poder de decisão que estabeleça depois os contactos com os outros organismos públicos e com os interlocutores regionais e locais.
- e) Empenhamento do MADRP no estabelecendo laços com os outros Ministérios. Propõe-se também a criação de um lugar de Provedor da Multifuncionalidade;
- f) Concessão de maior capacidade de decisão às parcerias público e privado, caso dos GAL LEADER, no papel de representação e interlocução da agricultura multifuncional;
- g) Informação e criação de consciência na sociedade em geral sobre as diferentes funções que a agricultura pode desempenhar e sobre as questões da sobrevivência do homem e da natureza: água; energia; solo;
- h) A Rede Rural Nacional pode contribuir para melhorar a comunicação dentro do MADRP, facilitar a integração horizontal e vertical da governança rural, elaborar um guia de boas práticas para quem vai aplicar e para quem decide sobre a multifuncionalidade, transformar a informação em conhecimento, divulgar a importância e os efeitos da multifuncionalidade junto da comunicação social.

## 5 – Programa



### ***WORKSHOP – MULTIFUNCIONALIDADE À ESCALA DA PAISAGEM E DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA***

**Local:** CFTPA de Évora – Pomarinho

**Data:** 29 de Outubro de 2009

**Organização:**  
Universidade de Évora  
DRAP Alentejo

## ***PROGRAMA***

### **Manhã**

- 9,00 h – Recepção dos participantes
- 9,30 h – Abertura dos trabalhos  
Introdução ao tema do Workshop – Universidade de Évora e DRAP Alentejo
- 10,00 h – Apresentação do CRIE Montado - Centro Rural de Inovação do Montado
- 10,15 h – Debate
- 10,30 h – Pausa para café
- 11,00 h – Apresentação e debate de projectos do CRIE Montado
- 13,00 h – Almoço no Centro de Formação

### **Tarde**

- 14,30 h – Debate sobre as virtualidades e constrangimentos à Multifuncionalidade
- 17,00 h – Encerramento